
FATORES DE INFLUÊNCIA NA ESTRUTURAÇÃO DE PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Renato Fonseca de Andrade (UFSCAR / SEBRAE/SP)
Ana Lúcia Vitale Torkomian (UFSCAR)

RESUMO

O século XXI inicia-se apresentando a inovação como o grande diferencial competitivo das organizações empresariais. Inovar significa transformar o presente, gerando novos conceitos para produtos, serviços e também para as próprias empresas, que precisam de um reposicionamento constante, repensando suas estratégias de atuação. Nesse ambiente de mudanças e instabilidade, as instituições de ensino superior têm a missão de capacitar os futuros profissionais que irão interagir e produzir, aproveitando as oportunidades existentes para a geração de negócios saudáveis e comunidades desenvolvidas sustentavelmente. Os Programas de Educação Empreendedora, que vem sendo desenvolvidos em todo o mundo, constituem-se em um importante fator para a formação desse profissional e este artigo tem o objetivo de fornecer elementos reflexivos que auxiliem em sua estruturação e implantação. Para isso apresenta uma classificação dos diferentes estágios da prática dos Programas de Educação Empreendedora, efetua uma conceituação das diferentes abordagens didáticas e também da teoria das inteligências múltiplas, associando-as com a educação empreendedora. Espera-se, com esse trabalho, proporcionar ao leitor a percepção sistêmica dos fatores que devem ser considerados para o desenvolvimento de Programas de Educação Empreendedora em instituições de ensino superior.

INTRODUÇÃO

O mercado contemporâneo apresenta um cenário com características específicas e que definem o posicionamento das empresas e dos profissionais. Algumas dessas características são o desenvolvimento tecnológico, a competitividade baseada na inovação, a ampla competição empresarial, as mudanças nas relações do trabalho, a valorização do conhecimento, entre outras. Nesse sentido, CASSIOLATO E LASTRES (2000, p. 237) argumentam que

entre os poucos consensos estabelecidos no intenso debate que procura entender o atual processo de globalização, encontra-se o fato de que a inovação e o

conhecimento são os principais fatores que definem a competitividade e o desenvolvimento de nações, regiões, empresas e até indivíduos.

Nesse cenário, a instituição de ensino, principalmente aquelas destinadas à formação superior, tem a missão de capacitar os futuros profissionais que irão interagir e produzir nesse ambiente de mudanças e instabilidade.

Os Programas de Educação Empreendedora, que vêm sendo desenvolvidos em instituições de todo o mundo, contribuem para a formação desse profissional que, paralelamente à aquisição de informações e conhecimentos técnicos em sua área de formação, recebe também referenciais importantes para o seu posicionamento profissional e principalmente a percepção de um mundo de oportunidades ao seu redor, sendo estimulado a considerar a opção da carreira empreendedora.

Os objetivos em longo prazo dos Programas são a criação de empresas inovadoras e a conseqüente geração de empregos, riquezas e aumento da competitividade nacional, assim como o posicionamento consciente de profissionais no mercado de trabalho e os reflexos sociais positivos decorrentes desses fatores.

Em países como o Canadá, por exemplo, o propósito de se ensinar empreendedorismo é de estimular nos estudantes o desejo de desenvolver suas atitudes empreendedoras, talentos e habilidades, que poderão ter aplicações em uma ampla variedade de negócios e oportunidades na comunidade, nas organizações e para a realização de seus próprios objetivos pessoais (BODELL et al, 1992).

No Brasil, embora existam iniciativas relevantes, é ainda necessária a difusão, nas instituições de ensino superior, dos principais conceitos referentes aos Programas de Educação Empreendedora, no sentido do fortalecimento da cultura empreendedora nacional e da análise das variadas experiências que surgirão a partir das práticas realizadas e que poderão levar ao desenvolvimento de um *Modelo Brasileiro de Programas de Educação Empreendedora*, moldado conforme os valores culturais, sociais, econômicos e políticos do país.

Dessa forma, este artigo foi desenvolvido com o objetivo de fornecer elementos reflexivos iniciais para a estruturação de Programas de Educação Empreendedora em instituições de ensino superior.

Após esta seção introdutória, o artigo é apresentado em duas partes: a primeira trata de definições de termos básicos referentes ao tema e os diferentes estágios de prática dos Programas de Educação Empreendedora em instituições de ensino superior, e a segunda, apresenta uma conceituação de abordagens didáticas, a teoria das inteligências múltiplas e sua associação com educação empreendedora. Finalizando o artigo são apresentados uma proposta de sistema para estruturação de Programas de Educação Empreendedora e os aspectos conclusivos.

DEFINIÇÕES E ESTÁGIOS DE PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA

É importante inicialmente o conhecimento conceitual dos termos relacionados à expressão *Programa de Educação Empreendedora*, no sentido de uma compreensão ampla do significado do tema abordado.

FOWLER (1997, p.19) define o termo *Programa* como um *conjunto de processos com objetivos e metas dimensionados no tempo, com um foco preciso e bem delineado*.

Quanto ao termo *Educação*, objeto de tentativa de definição por vários autores, PINTO (1997) argumenta que é o processo pelo qual os membros de uma sociedade são formados à sua imagem e em função dos seus interesses. Assim, é através da educação que a sociedade forma o homem, integrando-o e conduzindo-o em seus valores e objetivos.

O termo *Empreendedor* tem suas origens no século XII, a partir da palavra francesa *entreprende* que significa *fazer alguma coisa*. O termo era frequentemente utilizado para descrever *merchant adventures* durante a Renascença (DYER, 1992). Segundo DOLABELLA (1999, p. 47), *o termo vem de entrepreneur, palavra francesa que era usada no século XII para designar aquele que incentivava brigas. No final do século 18, passou a indicar a pessoa que criava e conduzia projetos e empreendimentos*.

O conceito mais difundido foi o proposto pelo economista Joseph Schumpeter, que argumentou que empreendedores são aqueles que desenvolvem novas formas para a geração de novos mercados, novos produtos, novos serviços e novos métodos de produção e distribuição (DYER, 1992), ou seja, os empreendedores são aqueles que atuam transformando inovações em realidades de mercado.

Nesse sentido, pode-se estabelecer que *Educação Empreendedora* é o processo que objetiva o desenvolvimento do ser humano no âmbito da identificação e aproveitamento de oportunidades e sua posterior transformação em realidade, contribuindo assim para a geração de valores financeiros, sociais e culturais para a sociedade na qual o ser humano está inserido.

Assim, *Programas de Educação Empreendedora* podem ser entendidos como a estruturação, no tempo, de diversas atividades que tem por objetivo promover o desenvolvimento do espírito empreendedor em seus participantes.

Mas como estruturar um Programa de Educação Empreendedora ? Existe um modo ideal para sua implantação?

Pela análise de iniciativas realizadas no Brasil e no exterior, podem ser identificados diferentes estágios de evolução, principalmente em função de aspectos internos das instituições (cultura, infra-estrutura etc), e aspectos externos (influência do mercado de trabalho, diretrizes políticas etc). O entendimento desses estágios é importante para que a estruturação do futuro Programa seja coerente com a realidade presente na instituição.

A seguir são caracterizados os principais aspectos propostos para cada um dos estágios de evolução:

Atividades isoladas:

Este estágio é caracterizado por atividades isoladas, geralmente informais, demandadas pelos alunos ou estimuladas por professores. Estas atividades normalmente se referem a informações ou projetos sobre criação de empresas, mercado de trabalho e tendências de mercado.

Disciplina específica:

Neste estágio existe a formalização do estímulo à cultura empreendedora, normalmente disponibilizada através de uma disciplina constante da programação do curso de graduação, podendo ser obrigatória ou eletiva.

Essa disciplina, genericamente, aborda conceitos de plano de negócios, aspectos de mercado, aproveitamento de oportunidades na área de formação, entre outros assuntos. Um exemplo é a disciplina obrigatória “Desenvolvimento de Novos Empreendimentos”, pertencente à grade curricular do curso de Engenharia de Produção Agroindustrial da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR, 2000).

Conjunto de disciplinas específicas:

Uma análise de programa do curso de graduação e a inserção de diversas disciplinas dentro de uma estratégia de formação empreendedora caracterizam este estágio. As disciplinas podem ter foco em negócios, aspectos comportamentais, análises técnicas, desenvolvimento de pesquisas, entre outros.

Cultura empreendedora nas disciplinas do programa de graduação:

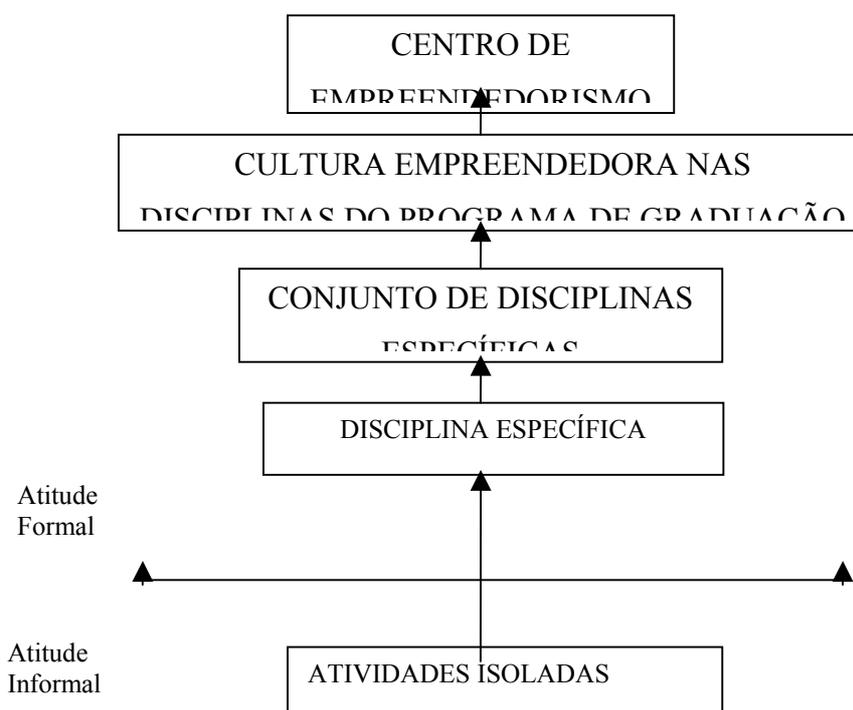
Este estágio é caracterizado pelo direcionamento das atividades previstas nas disciplinas do programa de graduação - como um todo - para o estímulo à cultura empreendedora. O corpo docente apresenta-se sensibilizado e capacitado para essa atuação. As disciplinas técnicas e não relacionadas ao ambiente de negócios procuram desenvolver seus temas específicos utilizando associações e exemplos, objetivando o desenvolvimento indireto de aspectos da cultura empreendedora.

Centro de Empreendedorismo:

Este estágio apresenta um elevado grau de estímulo à cultura empreendedora dentro da instituição. Algumas características observadas são a integração com a comunidade empresarial, presença de incubadoras de empresas, empresas juniores, prestação de serviços para a comunidade envolvendo consultoria, assessoria e treinamento em aspectos relacionados à criação e gestão de empresas, vivência empresarial dos alunos na comunidade e uma integração entre o corpo docente da instituição no que diz respeito ao estímulo à cultura

empreendedora nas ementas das disciplinas do programa de graduação. Como exemplo pode-se citar o *Fogelman College, University of Memphis, EUA* (RANDALL, 1997).

Fazendo uma analogia entre os estágios descritos e as condições existentes na instituição de ensino superior sob análise, o estrategista passa a deter informações que permitem a formulação da estruturação do futuro Programa. Pode ser definido, por exemplo, um trabalho que tenha início com uma disciplina específica, e que se expanda através da realização de ações, alcançando dimensões maiores no futuro. O esquema 1 a seguir ilustra os diferentes estágios apresentados:



ESQUEMA 1: DIFERENTES ESTÁGIOS DE PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA.

ASPECTOS DIDÁTICOS

Outro aspecto relevante para ser analisado na estruturação de um Programa de Educação Empreendedora é o didático.

Uma maneira interessante para se considerar a questão é através da abordagem andragógica. O termo andragogia refere-se especificamente ao aprendizado de adultos, diferenciando-se da pedagogia, que se refere ao aprendizado de crianças.

As principais diferenças entre os dois tipos de aprendizagem, segundo CAVALCANTI (1999), são ilustradas na quadro 1:

QUADRO 1

Principais diferenças entre pedagogia e andragogia

Características da Aprendizagem	Pedagogia	Andragogia
Relação Professor/Aluno	Professor é o centro das ações, decide o que ensinar, como ensinar e avalia a aprendizagem.	A aprendizagem adquire uma característica mais centrada no aluno, na independência e na auto-gestão da aprendizagem.
Razões da Aprendizagem	Crianças (ou adultos) devem aprender o que a sociedade espera que eles saibam (seguindo um currículo padronizado)	Pessoas aprendem realmente o que precisam saber (aprendizagem para aplicação prática na vida diária).
Experiência do Aluno	O ensino é didático, padronizado e a experiência do aluno tem pouco valor.	A experiência é rica fonte de aprendizagem, através da discussão e da solução de problemas em grupo.
Orientação da Aprendizagem	Aprendizagem por assunto ou matéria.	Aprendizagem baseada em problemas, exigindo ampla gama de conhecimentos para se chegar à solução.

Fonte :CAVALCANTI, R.A. 1999.

Refletindo sobre a questão do ensino para estudantes universitários, fica evidente qual seria a base diretiva para o desenvolvimento do aprendizado. Segundo CAVALCANTI (1999), deve-se considerar os indivíduos nessa fase da vida nem como adultos e nem como não-adultos, ou seja, a aprendizagem deverá utilizar recursos tanto pedagógicos quanto andragógicos. Na prática isso significa fornecer referências dirigidas para sobre *o que aprender* e ao mesmo tempo estimular o trabalho em grupo, o desenvolvimento de idéias próprias, a descoberta, a iniciativa e a busca de indagações e soluções.

Dessa forma, na estruturação dos aspectos didáticos, o estrategista deve considerar, além da abordagem andragógica, uma reflexão sobre as diferentes linhas pedagógicas adotadas no Brasil. Para MIZUKAMI (1986), existem cinco formas de abordagens pedagógicas: a abordagem tradicional, a abordagem comportamentalista, a abordagem humanista, a abordagem cognitivista e a abordagem sócio-cultural. Com a intenção de fornecer alguns elementos sobre estas diferentes abordagens, são apresentadas a seguir algumas considerações.

Segundo a autora, na abordagem tradicional *o ensino volta-se para o que é externo ao aluno: o programa, as disciplinas, o professor. O aluno apenas executa prescrições que lhe são fixadas por autoridades exteriores* (MIZUKAMI, 1986, p. 8). O processo ensino-aprendizagem é baseado na transferência direta de informações pelo professor, comumente de maneira expositiva, que em muitas vezes adquire o formato de receituários.

Dessa forma, a relação professor-aluno é praticamente hierárquica e cabe a ele definir todas as formas de atuação em sala de aula.

Na abordagem comportamentalista, a experiência ou a experimentação planejada são tidas como o cerne do conhecimento. *A educação, pois, deverá transmitir conhecimentos, assim como comportamentos éticos, práticas sociais, habilidades consideradas básicas para a manipulação e controle do mundo/ambiente (cultural, social etc)* (MIZUKAMI, 1986, p.27).

Assim, todo o esforço educacional consiste em realizar transformações nos alunos, através da adoção de novos comportamentos ou da modificação dos já praticados.

Essa abordagem, portanto, baseia-se fundamentalmente na análise experimental do comportamento, gerando uma programação de atividades curriculares que levem ao comportamento desejado. Em função disso, pode-se detectar um direcionamento das atividades para o aluno, que recebe passivamente as informações previamente decididas como importantes para seu aprendizado. Seu principal representante é Skinner.

A abordagem humanista dá ênfase a relações interpessoais e ao crescimento que delas resulta, centrado no desenvolvimento da personalidade do indivíduo, em seus processos de construção e organização pessoal da realidade, e em sua capacidade de atuar, como uma pessoa integrada. (MIZUKAMI, 1986, p.37-38). Nesse enfoque, o professor assume o papel de "facilitador da aprendizagem", gerando ambientes nos quais os alunos aprendem. Dessa forma, o aluno desenvolve seu conhecimento pela experimentação. Assim,

a educação tem como finalidade primeira a criação de condições que facilitem a aprendizagem do aluno, e como objetivo básico liberar a sua capacidade de auto-aprendizagem de forma que seja possível seu desenvolvimento tanto intelectual quanto emocional. Seria a criação de condições nas quais os alunos pudessem tornar-se pessoas de iniciativa, de responsabilidade, de autodeterminação, de discernimento, que soubessem aplicar-se a aprender as coisas que lhes servirão para a solução de seus problemas e que tais conhecimentos os capacitassem a se adaptar com flexibilidade às novas situações, aos novos problemas, servindo-se da própria experiência, com espírito livre e criativo (MIZUKAMI, 1986, p. 44-45).

Rogers e Neill são os principais referenciais na literatura brasileira.

Por sua vez, na abordagem cognitivista, cujo principal representante é Jean Piaget, o conhecimento é considerado como uma construção contínua (MIZUKAMI, 1986, p. 63). O professor tem o papel de promover situações que provoquem um certo desequilíbrio para o aluno. Esses desequilíbrios proporcionam a "construção progressiva" do aprendizado. Assim, escola deveria proporcionar ao aluno a possibilidade de aprender por si próprio e de realizar investigações individuais. *O ensino tem que estar baseado no ensaio e no erro, na pesquisa, na investigação, na solução de problemas por parte do aluno, e não em aprendizagem de fórmulas, nomenclaturas, definições etc.* (MIZUKAMI, 1986, p. 76) Problemas e questões são propostos, mas as respostas têm que ser descobertas pelo aluno.

Outro fator a ser considerado é o aspecto do aprendizado em equipe que, *como estratégia, adquire consistência teórica que extrapola a visão do grupo como um elemento importante na socialização do indivíduo. O trabalho com os outros indivíduos é decisivo no desenvolvimento intelectual do ser humano* (MIZUKAMI, 1986, p. 79).

Na última abordagem, chamada sócio-cultural, cujo principal referencial brasileiro é Paulo Freire, *a educação assume caráter amplo e não se restringe às situações formais de ensino-aprendizagem* (MIZUKAMI, 1986, p. 95). Dessa forma,

toda ação educativa, para que seja válida, deve, necessariamente, ser precedida tanto de uma reflexão sobre o homem como de uma análise do meio de vida desse homem concreto, a quem se quer ajudar para que se eduque. A ausência de uma análise do meio cultural implica o risco de se realizar uma educação pré-fabricada, não adaptada ao homem concreto a quem se destina (MIZUKAMI, 1986, p. 94).

A relação professor-aluno é horizontal e não imposta. Um professor que esteja engajado em uma prática transformadora procurará desmistificar e questionar, com o aluno, a cultura dominante, valorizando a linguagem e a cultura deste, criando condições para que cada um deles analise seu contexto e produza cultura. Os conteúdos dos textos utilizados serão constantemente analisados no sentido de expressarem pontos de vista do autor e do grupo social e cultural que representam, e os conhecimentos científicos analisados como um produto histórico, representando a interpretação física, biológica psicológica etc dos fenômenos, num determinado momento concreto (MIZUKAMI, 1986, p. 99).

Cabe então ao estrategista, entender todas as diferentes abordagens e, talvez pela combinação de elementos, definir elementos para a estratégia didática do futuro Programa.

A TEORIA DAS INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS

Um exemplo de referencial para a geração de relações úteis no desenvolvimento da estratégia didática é a Teoria das Inteligências Múltiplas.

Desenvolvida pelo psicólogo Dr. Howard Gardner, ela propõe uma maneira inovadora de se compreender o conceito de inteligência. A primeira definição proposta pelo psicólogo considerava uma inteligência como a habilidade na resolução de problemas ou na criação de produtos valorizados em determinados cenários culturais. Vinte anos depois, essa conceituação foi ampliada como *um potencial biopsicológico para processar informações que pode ser ativado num cenário cultural para solucionar problemas ou criar produtos que sejam valorizados numa cultura* (GARDNER, 2000).

Essa definição contém elementos interessantes para serem analisados no âmbito do desenvolvimento da cultura empreendedora. Para o autor, não existe uma única inteligência, mas sete tipos que definem as habilidades, faculdades ou talentos dos seres humanos, apresentadas a seguir:

A inteligência lingüística:

Envolve sensibilidade para línguas falada e escrita, a habilidade de aprender línguas e a capacidade de usar a língua para atingir certos objetivos. Os advogados, os locutores, os escritores e os poetas estão entre as pessoas de inteligência lingüística elevada.

A inteligência lógico-matemática:

Envolve a capacidade de analisar problemas com lógica, de realizar operações matemáticas e investigar questões cientificamente. Os matemáticos, os lógicos e os cientistas exploram a inteligência lógico-matemática.

A inteligência musical:

Acarreta habilidade na atuação, na composição e na apreciação de padrões musicais. A inteligência musical tem uma estrutura quase paralela à da inteligência linguística, e não faz sentido científica nem logicamente chamar uma de inteligência (em geral a linguística) e a outra (em geral a musical) de talento.

A inteligência físico-cinestésica:

Acarreta o potencial de se usar o corpo (como a mão ou a boca) para resolver problemas ou fabricar produtos. Essa forma de inteligência é importante para dançarinos, atores, atletas, artesãos, cirurgiões, mecânicos e outros profissionais de orientação técnica.

A inteligência espacial:

Tem o potencial de reconhecer e manipular os padrões de espaço (aqueles usados, por exemplo, por navegadores e pilotos) bem como os padrões de áreas mais confinadas (como os que são importantes para escultores, cirurgiões, jogadores de xadrez, artistas gráficos ou arquitetos).

A inteligência interpessoal:

Denota a capacidade de entender as intenções, as motivações e os desejos do próximo e, conseqüentemente, de trabalhar de modo eficiente com terceiros. Vendedores, professores, clínicos, líderes religiosos, líderes políticos e atores precisam ter uma inteligência interpessoal aguda.

A inteligência intra-pessoal:

Envolve a capacidade da pessoa se reconhecer, de ter um modelo individual de trabalho eficiente - incluindo os próprios desejos, medos e capacidades - e de usar estas informações com eficiência para regular a própria vida.

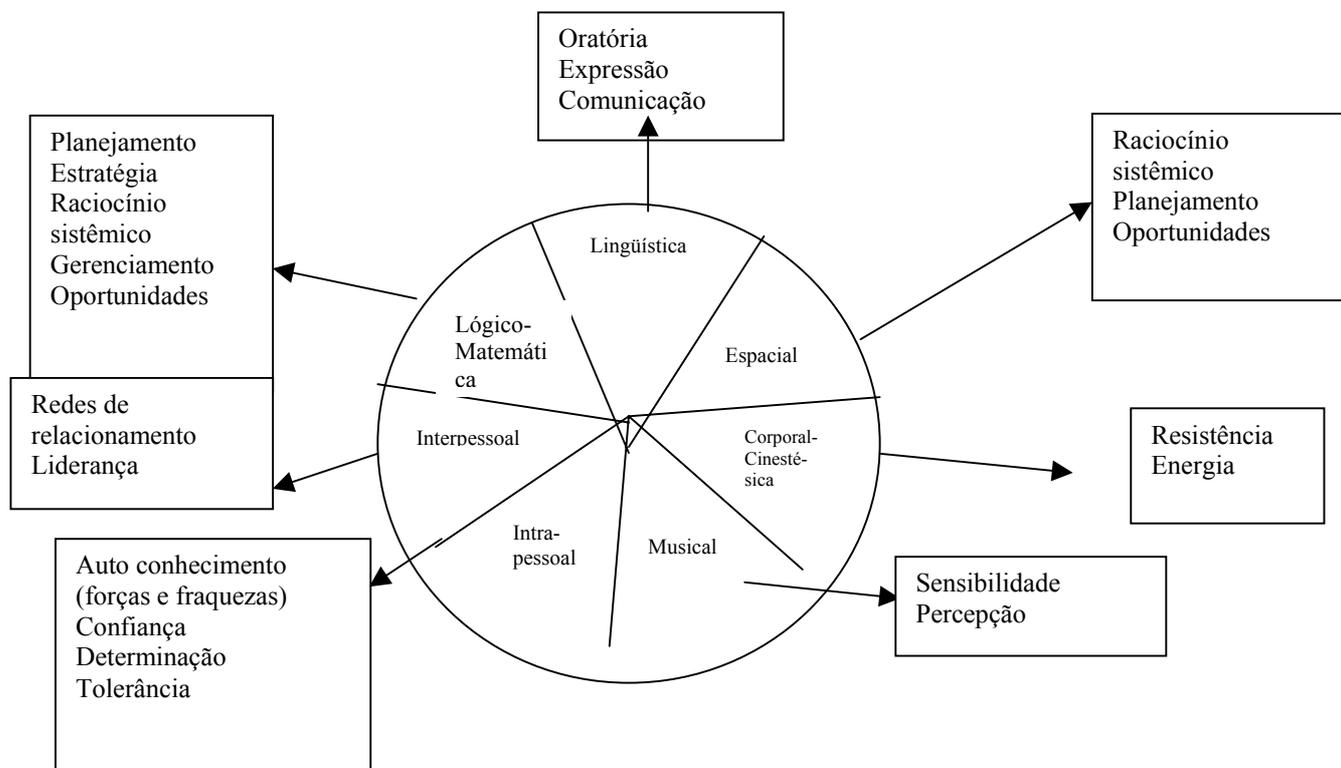
PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA UTILIZANDO O CONCEITO DE INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS

TORKOMIAN E NOGUEIRA (2001, p. 7) argumentam que inicialmente, *o empreendedor deve receber estímulos capazes de motivá-lo a perseguir o objetivo de criar a nova empresa.*

Nessa direção, a Teoria das Inteligências Múltiplas fornece interessantes elementos para a estruturação de um Programa de Educação Empreendedora, tanto para um docente definir as atividades em sua disciplina, quanto para direcionar as abordagens do próprio Programa.

A questão básica é o desenvolvimento das características pessoais do empreendedor a partir do estímulo das várias inteligências existentes.

Vários estudos foram feitos procurando descrever o perfil e as qualidades do empreendedor. Para SHARMA (1999) essa definição é uma tarefa árdua, pois é complicado isolar essas características nos seres humanos, que manifestam-nas de diferentes formas e estilos. No entanto, principalmente com finalidade didática, são interessantes a observação e reflexão sobre essas características. Assim, o que se propõe é a estruturação de um Programa de Educação Empreendedora (ou mesmo de uma disciplina) nos quais o aprendizado seria conseguido a partir do estímulo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências de Gardner, conforme ilustrado abaixo:



Esquema 2: Relação entre as múltiplas inteligências e o desenvolvimento de características dos empreendedores.

PROPOSTA DE UM SISTEMA PARA A ESTRUTURAÇÃO DE PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA

Sintetizando as diversas variáveis descritas neste artigo, pode-se propor o seguinte sistema para estruturação de um Programa de Educação Empreendedora:

1 - Inicialmente devem ser observados aspectos da instituição de ensino, as relações internas estabelecidas, sua cultura, as linhas de atuação, as tendências, as atividades já realizadas informalmente, demandas externas, o mercado de trabalho, a capacitação e sensibilização do corpo docente, bem como as necessidades, características e solicitações do corpo discente.

2 - Havendo condições apropriadas e uma liderança definida para o processo de implantação do Programa, deve-se projetar suas diretrizes conforme o estágio de evolução que se busca consolidar. Para isso realiza-se uma análise macro do cenário, enfocando principalmente a compreensão do processo empreendedor pela área de graduação, a cultura regional, as condições do mercado de trabalho, as características do corpo discente e as tendências e oportunidades de negócios na área.

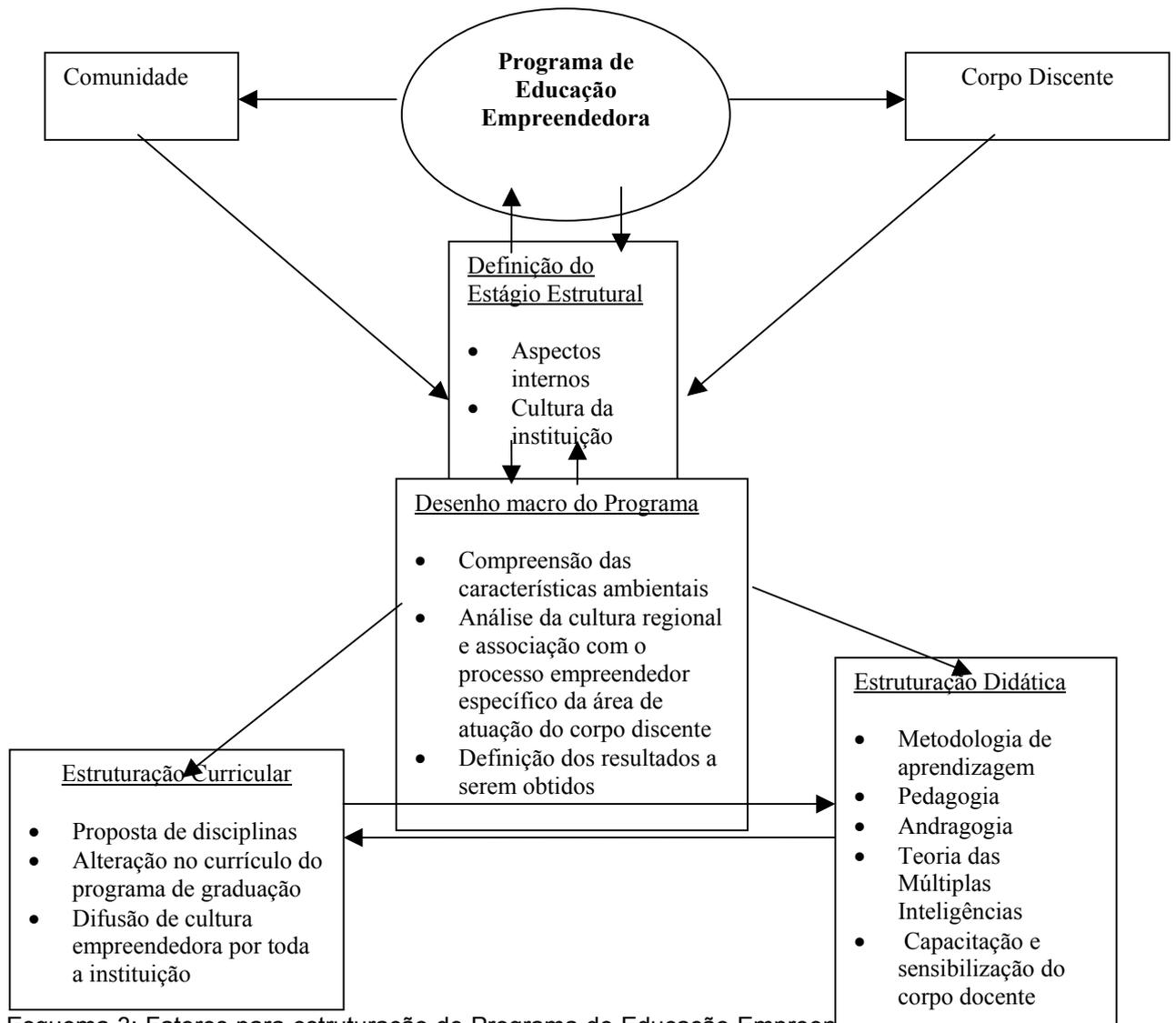
3 - Nesta etapa deve-se estruturar as disciplinas – (conteúdo e estratégia didática) e as atividades relacionadas ao Programa, de acordo com o estágio de evolução que se busca. É importante nesta fase uma ampla difusão de informações por toda a instituição, no sentido de sensibilizar tanto o corpo docente quanto o discente. É possível também o desenvolvimento de atividades para capacitação do corpo docente, tanto em aspectos técnicos quanto em aspectos de metodologia didática e reformulação de estratégias de aula.

4 - Etapa para implantação do Programa e criação de indicadores.

5 - Etapa para acompanhamento das atividades e correções.

6 - Análise dos resultados obtidos, implantação de melhorias e correções.

A seguir, é apresentado esquematicamente, o conjunto de fatores a serem considerados para a estruturação de um Programa de Educação Empreendedora em uma instituição de nível superior.



Esquema 3: Fatores para estruturação de Programa de Educação Empreendedora em instituição de nível superior.

CONCLUSÃO

A estruturação e implantação de um Programa Educação Empreendedora em uma instituição de ensino superior são atividades que devem ser realizadas após a compreensão das diversas variáveis que compõem o contexto. É importante também a consciência de que resultados efetivos somente serão obtidos em médio e longo prazos e que existirão questões subliminares, fatores alavancadores e inibidores em todo o processo.

Não se trata somente de estabelecer novas diretrizes e de estabelecer regulamentos, é necessário saber lidar com processos de mudanças de valores e acolher com a mesma disposição as facilidades e dificuldades decorrentes, no sentido de realizar modificações na própria estratégia estabelecida, a medida em que as ações acontecem.

Vários estudos estruturais podem então ser propostos e experienciados, cada um deles com sua especificidade, mas todos contribuindo para um aprendizado coletivo que contribuirá para o crescimento, desenvolvimento e realização de milhares de alunos-empresendedores do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BODELL, R. W. et al. **Entrepreneurship: the spirit of adventure**. 1. ed. Canadá: HBJ, 1991.
- CASSIOLATO, J.E.; LASTRES, H.M.M. Sistemas de inovação: políticas e perspectivas. **Revista Parcerias Estratégicas**, n. 8, p. 237-255, mai. 2000.
- CAVALCANTI, R.A. Andragogia: A Aprendizagem nos adultos. **Revista de Clínica Cirúrgica da Paraíba**, n. 6, jul. 1999.
- DOLABELA, F. **Oficina do empreendedor**. 1. ed. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.
- DYER, W.G. **The entrepreneurial experience: confronting career dilemmas of the start-up executive**. 1. ed. São Francisco: Jossey-Bass Inc, 1992.
- FOWLER, F.R. **Programas de Desenvolvimento de Empreendedorismo - PDEs**. Um estudo de casos: FEA-USP e DUBS. São Paulo: FEAC, 1997. 101f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 1997.
- GARDNER, H. - **Inteligência: Um conceito reformulado** - Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- MIZUKAMI, M.G.N. **Ensino: As abordagens do processo**. 8.ed. São Paulo: EPU Editora Pedagógica Universitária Ltda, 1986.
- PINTO, A.V. **Sete lições sobre educação de adultos**. 10. ed. São Paulo: Editora Cortez, 1997.
- RANDALL, D. M. School for start-ups. Fogelman College's developing entrepreneurship program. **Business Perspectives**, EUA, v.10, p .12, jul. 1997.
- TORKOMIAN, A.L.V; NOGUEIRA, E. **Desenvolvimento de novos empreendimentos**. São Carlos: EdUFSCar, 2001.
- SHARMA, P. - **The Harvard Entrepreneurs Club guide to starting your own business**. - EUA: John Wiley e Sons, 1999.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Manual de grade curricular: Engenharia de Produção agroindustrial – Departamento de Engenharia de Produção**, 2000.